

EDITORIAL

Há espaço para o interesse nacional num mundo globalizado? A vitória de Trump sinaliza claramente no sentido afirmativo. Mas já o sinalizavam o sucesso relativo da estratégia chinesa de desenvolvimento econômico alicerçado no comércio externo, bem como da estratégia russa de retomada dos complexos petrolífero e industrial-militar nos pós-sovietismo. Em todos esses casos não se trata de dar as costas ao comércio global, mas de observar as possibilidades de manobra política que permanecem abertas.

O que chamamos de interesse nacional é a capacidade de uma *intelligentsia* ligada ao corpo de Estado de defender as demandas nacionais diante das possibilidades colocadas pelo mundo. Esse é um jogo geopolítico e geoestratégico cada vez mais pesado, envolvendo Estados poderosos e corporações privadas globais.

A cultura de um povo também deve ser considerada na definição do interesse nacional, e em muitos países isso ocorre. No Brasil temos uma raiz cristã profunda, que em razão de uma organização social perversa (escravidão) e da dependência econômica absurda, não se traduziu em solidarismo social, como apontava Oliveira Viana. Ainda hoje, vamos muito mal em qualquer *ranking* mundial de solidariedade, apesar da autoimagem de que somos um povo do bem.

A transformação política tem vindo de cima para baixo em nossa história nacional. Curiosamente, essa vetorização vertical de nosso desenvolvimento é chamada de modernização conservadora, quando raramente tivemos partidos políticos defendendo propostas conservadoras, e certamente nenhum governo. Chama-se de conservador o que é liberal ou patrimonialista.

Nesse período, a oligopolização da economia brasileira avançou praticamente sem obstáculos que não os sindicatos de trabalhadores, pois ninguém se preocupou em defender os pequenos negócios das famílias brasileiras que foram rápida e impiedosamente esmagados ao longo do século XX. Nem mesmo as lideranças católicas apoiaram ideias genuinamente cristãs visando "conservar" a base econômica familiar - como o Distributivismo -, optando pelas estranhas composições com a esquerda através da Teologia da Libertação.

Qual seria, então, a forma econômica ideal para a nação brasileira? Para responder a esta questão é preciso considerar nossas dimensões territoriais e o caráter federativo de nossa formação política. Daí a conclusão será que em alguns ramos econômicos deva-se manter o padrão oligopolista e privado, e noutros o estatismo moderno poderá ser ao menos etapa necessária. E talvez ainda tenhamos espaço para implantar um pouco da economia distributivista, baseada na pequena propriedade familiar e movida com o trabalho

familiar. Esse modelo econômico híbrido daria maior liberdade de escolha aos indivíduos, e seria algo mais próximo de nossa complexidade político-territorial.

Esperamos com esta edição especial da *Revista de Geopolítica* avançar nas discussões de propostas de desenvolvimento econômico com justiça social no campo do pensamento conservador, fazendo contraponto à agenda esquerdista que tem monopolizado o pensamento acadêmico e político nas últimas décadas apesar de resultados práticos pífios. Cabe ao leitor julgar se cumprimos com êxito ou não a missão.

Se fossemos organizar um livro ou coletânea, dificilmente teríamos alcançado tamanha sorte de encaixar os artigos um na sequência do outro, de forma a propiciar ao leitor uma visão ampla e simultaneamente aprofundada sobre o desenvolvimento nacional na história recente brasileira e sobre a necessidade de sua retomada agora numa perspectiva de maior justiça social. Se a crítica esquerdista bateu tanto na tecla de que os militares implementaram um projeto de modernização conservadora, agora é o momento de cobrar o fracasso de quase duas décadas de políticas esquerdistas da *Nova República*, e nesse sentido nada poderia ser mais coerente e produtivo que defendermos uma saída de justiça social conservadora.

Na primeira parte desta edição, o assunto central é o desenvolvimentismo econômico, ainda que centrado majoritariamente numa perspectiva de autores filiados ao campo da crítica social. O primeiro artigo é de autoria do cientista político **José Alexandre Althayde Hage**, e trata do clássico e paradigmático debate entre Gudin e Simonsen, no qual os embates intelectuais entre as correntes liberal-agrária e industrializante sacudiram o meio acadêmico e político nacional na década de 1940.

Aliás, o segundo artigo faz justamente a defesa do patrimônio industrial brasileiro em meio a atual crise econômica e política que enfraquece o Estado brasileiro, destacando o papel estratégico da empresa Petrobras. Com tal propósito, reunimos especialmente para esta edição da *RG* alguns textos publicados na imprensa pelo ex-deputado e engenheiro **Ricardo Maranhão**.

O terceiro artigo produzido da parceria entre **Moacir José Santos** e **Paula Remoaldo**, trata da constituição do complexo industrial-militar de São José dos Campos durante o regime militar, considerado ainda hoje, em nosso entendimento, um paradigma na colaboração entre Estado, capitais nacionais e capitais externos.

O quarto artigo nos lembra da necessidade de retomada do projeto de integração da Amazônia, agora com projetos de colonização que incorporem a questão ambiental e indígena, que é uma das leituras possíveis que apontamos a partir do artigo de **Thiago Oliveira Neto** e **Ricardo José Batista Nogueira**, ambos da Universidade Federal do Amazonas.

A segunda parte desta edição traz ensaios críticos ao Iluminismo e suas propostas centradas no indivíduo (negando os pertencimentos a grupos naturais como família e nação) e no racionalismo (negando a dimensão do transcendente como fonte de normas sociais). Assim, o artigo de **Renan Maia**, apresenta as ideias dos filósofo político irlandês Edmund Burke, um dos principais expoentes do pensamento conservador.

Na sequência, **Renan Maia** em parceria com **Carlos Bezerra de Lima Júnior** resgatam as principais ideias do filósofo conservador alemão Friedrich Heinrich Jacobi, além de realizarem uma apresentação mais sensata de Hegel agora livre da releitura da esquerda.

O sétimo artigo, escrito por **Victor Emanuel Vilela Barbuy** - presidente da *Frente Integralista Brasileira* -, faz um apanhado de grande importância da obra e pensamento de Plínio Salgado, dirigente máximo da principal organização política e partidária anticomunista e antiliberal do século passado em nosso país.

Tomo a liberdade de incluir ao final desta edição uma entrevista sobre a aplicação de *Políticas Distributivistas* que concedi ao doutorando **Bruno Gomes** no Departamento de Geografia da UFRN, destacando que a bandeira da pequena propriedade familiar no setor de serviços apresenta um potencial de desenvolvimento econômico mais equilibrado e justo socialmente, no que chamei aqui de proposta de *justiça social conservadora*. Boa leitura a todos !

Edu Silvestre de Albuquerque

Editor da Revista de Geopolítica